



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENADORIA GERAL DE PESQUISA
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC
Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bloco 06 – Bairro Ininga
CEP: 64049-550 – Teresina-PI – Brasil – Fone (86) 3215-5564 – Fone/Fax (86) 3215-5560
E-mail: pesquisa@ufpi.br, pesquisa@ufpi.edu.br

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS MUDIÁTICAS DA TV DIGITAL DO PIAUÍ

Thalita Vitoria Castelo Branco Nunes Silva (bolsista PIBIC/UFPI), Dr.^a Jacqueline Lima Dourado (Orientadora, Depto. Comunicação Social- UFPI)

Introdução:

Enquanto indústria cultural a televisão configura-se como um dos mais importantes meios de comunicação em todo o mundo. No Brasil, é hoje meio presente em 95,1 % dos domicílios no país (IBGE,2000). O atual cenário do processo de digitalização desse meio abre um leque de possibilidade e interpretações. No entanto, conforme Dourado e Turchiello(p. 122, 2009), a TV Digital é “ apenas mais uma oportunidade de negócios, o novo modelo gera a possibilidade de construção de políticas públicas rumo a uma comunicação mais democrática e inclusiva. Cabe agora a soma de esforços por parte da sociedade civil organizada para, juntamente com universidades e movimentos sociais em geral, pressionar o Estado para que se estabeleça uma conjuntura que contrarie os interesses hegemônicos e apresente avanços na construção da cidadania.” Este processo de digitalização no Piauí surge como um diferencial por ter a segunda emissora com sinal digital do Nordeste, e a primeira afiliada do SBT no Brasil que aderiu à essa tecnologia, através da TV Cidade Verde.

As principais vantagens da TV Digital são: imagem e som muito superiores em comparação a TV analógica (fim dos chuviscos e fantasmas); multiprogramação (ampliação do número de canais, diminuindo os monopólios e/ou oligopólios) , além da emissora poder transmitir vários programas simultaneamente; alta definição (high definition) , com a transmissão de programas com qualidade e formato de cinema; interatividade (o telespectador vai poder interferir no que está vendo) ; portabilidade, ou seja, a possibilidade do usuário assistir aos programas em qualquer lugar, até nos locais em movimento como carros,ônibus,vans.

No entanto, o mercado de TV digital, vai além dos recursos tecnológicos dependendo da regulamentação, da fiscalização e da forma de incorporação dos diversos agentes envolvidos.

A regulamentação é um problema, pois a lei que regula a radiodifusão é de 1962, ou seja, muito retrógrada, para um campo que é muito dinâmico. Além de que, o decreto Nº5.820 de 2006 que regula a implantação do SBTVD- T(Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre) necessita de artigos que contemplem fiscalização com a possibilidade de aplicação de sanções para uma maior efetividade da lei. A forma de incorporação é outro problema que está sendo detectado, tanto pelo produtor, pois a implantação da TV digital implica vultuosos investimentos, como pelo receptor, pois para ter acesso à nova tecnologia é necessário comprar uma TV nova que já tenha um sinal digital, ou comprar um conversor.

Metodologia:

O eixo teórico- metodológico utilizado foi o materialista histórico dialético. Esse método é uma atualização do pensamento de Marx que concebe o conhecimento como continuidades e rupturas, onde a mudança é condicionada pela estrutura econômica, com incidência sobre outros campos sociais. Segundo BRITTOS, “as relações sociais são marcadas por disputas e sobreposições de poder, sendo a mídia integrante da estrutura que fornece e viabiliza a mudança social”.

Resultado e Discussão:

O objeto do trabalho é importante, pois se queria medir o grau de inclusão da TV Digital (tecnologia de informação e comunicação), meio de comunicação de grande importância no cenário atual. Diante do exposto, algumas indagações foram proferidas no início do estudo:

1. a) Qual a política pública do Brasil para a televisão digital?

A política pública do Brasil de TV Digital oferece uma flexibilidade para as empresas de comunicação do país. Sendo assim, os regulamentos privilegiam os interesses mercadológicos, em detrimento do interesse público e de uma comunicação mais justa e democrática.

b) O que muda, em termos de estratégias midiáticas, com a digitalização da televisão convencional e quais as estratégias do caso Piauí?

Aumentam-se as estratégias midiáticas com a TV Digital, pois ela possibilita uma ampliação da quantidade e do conteúdo dos canais. Por isso, as empresas de comunicação se fundem com a de outros setores auferindo vantagens para ambas as partes. No caso Piauí, um exemplo disso, é o sorteio de aparelhos celulares com sinal digital promovido pela TV Cidade Verde.

c) De que forma o conteúdo local é alterado com a televisão de alta definição e que novos temas são apresentados?

Com a multiprogramação na TV Digital existe a possibilidade do aumento do conteúdo local. No entanto, no Piauí a multiprogramação ainda não está disponível e o conteúdo local teve uma pequena alteração com o aumento de um programa.

d) O que a televisão digital, através de sua programação, apresenta como conteúdos voltados para a construção políticas públicas, da cidadania, da participação e da democracia?

A TV Digital é uma tecnologia que possibilita a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, a forma como ela está sendo implantada no Brasil, está contribuindo para aumentar a concentração televisiva. Porém, é possível com a participação da sociedade civil organizada a cobrança do Poder Público de uma política pública mais efetiva.

Conclusão:

O processo de implantação da TV Digital no Piauí se iniciou em 2009. A TV Cidade Verde é a emissora do Estado que está gerando programação em alta definição. A TV Digital ainda não disponibilizou a multiprogramação e interatividade. Houve uma mudança na grande de programação, com a inserção de programas locais, mas podemos concluir que o realmente mudou foi à qualidade de som, imagem e portabilidade.

Diante do exposto, conclui-se que a TV Digital é mais uma tecnologia que vai gerar uma forte exclusão social. No entanto, se houver a organização da sociedade civil para cobrar do Estado políticas públicas efetivas, a exclusão será atenuada.

Referências Bibliográficas:

BRITTOS, Valério Cruz (org.). **Digitalização e práticas sociais**. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

SIMÕES, Denis Gerson; BRITTOS Valério Cruz. **Paradigmas da implantação da televisão digital: programação, ações nacionais e tendências locais**. Unisinos, São Leopoldo. Disponível em:< <http://projeto.unisinos.br/cepos/PPDenisGerson.pdf>>. Acesso em 22 set. 2009.

NETO, José Dias Pascoal. TV Digital: **O papel das TVS Universitárias no estudo de conteúdos interativos interdisciplinares**. Bauru 2008. Disponível em: < >. Acesso em: 22 set. 2009.

BRITTOS, Valério Cruz (org.). **Digitalização, Diversidade e Cidadania: Convergências Brasil e Moçambique**. São Paulo: Annablume, 2009.

Palavras- chaves: Televisão digital, multiprogramação, políticas públicas, interatividade